



OF GP N° 3900 /2025

Cuiabá - MT, 08 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência, a Senhora

**VEREADORA PAULA CALIL**

Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá

**Senhora Presidente,**

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência e dignos Vereadores a **Mensagem n° 138/2025** com o respectivo Projeto de Lei Complementar que “**ALTERA A LEI N.º 5.018 DE 05 DE OUTUBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SMDC, A INSTITUIÇÃO DA DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON, DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON, DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR; E A LEI COMPLEMENTAR N.º 555, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025**”, para a devida análise em caráter de urgência.

Sendo o que temos para o momento, apresentamos na oportunidade nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER**

**Prefeito Municipal de Cuiabá**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaraacuiaba.mt.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 350030003300340035003600340050001a Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





## MENSAGEM Nº 138 /2025

**Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Casa Legislativa Projeto de Lei Complementar que **“ALTERA A LEI N.º 5.018 DE 05 DE OUTUBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SMDC, A INSTITUIÇÃO DA DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON, DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON, DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR; E A LEI COMPLEMENTAR N.º 555, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2025”**.

A presente proposta de Lei Complementar tem por finalidade atualizar e modernizar a Lei Ordinária nº 5.018, de 05 de outubro de 2007, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), a instituição da Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, e do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor.

A adequação normativa se mostra necessária diante da evolução das demandas consumeristas e da ampliação das atribuições do PROCON Municipal, que passaram a exigir estrutura mais robusta e compatível com as necessidades atuais. Entre as principais alterações, destacam-se:

- Reestruturação administrativa do órgão, que passa a ser denominado



Praça Alencastro, 158, Centro, 7º andar

CEP 78065-076 Cuiabá - MT 135003000

Telefone: (65) 3645-6029

Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(65) 3645-6029

Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade>

com o identificador 35003300330034003500360036005000a

Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Secretaria Adjunta Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, vinculada à Secretaria Municipal de Ordem Pública;

- Reorganização das Juntas de Conciliação e Julgamento, com maior representatividade de membros oriundos do CONDECON, do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, do Ministério Público e da Defensoria Pública, garantindo maior legitimidade e tecnicidade nos julgamentos;
- Garantia de transparência e segurança jurídica nos julgamentos dos processos oriundos das Juntas;
- Instituição de critérios objetivos para composição e funcionamento das Turmas Recursais, assegurando qualificação técnica e idoneidade dos integrantes;
- Previsão de remuneração indenizatória (JETON) para conselheiros e conciliadores, como forma de valorizar a atuação, garantir maior comprometimento e profissionalismo;
- Atualização da composição do CONDECON, com maior equilíbrio entre representantes do Poder Público, entidades civis e fornecedores, assegurando paridade nas decisões;
- Modernização da gestão do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor (FMDC), ampliando as hipóteses de aplicação dos recursos e autorizando, em caráter excepcional, o uso para custeio de pessoal vinculado à atividade finalística do órgão;





- Previsão de reuniões ordinárias e extraordinárias em formato virtual, garantindo celeridade, economicidade e modernização na atuação dos órgãos colegiados.

Dessa forma, a proposta consolida os avanços institucionais do PROCON Municipal, adequando sua estrutura às novas exigências sociais e fortalecendo a defesa do consumidor em Cuiabá.

Certo de contar com a sensibilidade de Vossas Excelências para a relevância da matéria, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER**

Prefeito Municipal de Cuiabá



Praça Alencastro, 158, Centro, 7º andar

CEP 78065-906, Cuiabá - MT, 135003000

Telefone: (65) 3645-6029

E-mail: [legislativo@camaracuiaba.mt.gov.br](mailto:legislativo@camaracuiaba.mt.gov.br)

Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 350030003300340035003600340050001a. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





*“Art. 5º Constituem objetivos permanentes da Secretaria Adjunta Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON: (NR)”*

**Art. 5º** Ficam acrescidos os artigos 7º-A a 7º-F e seus parágrafos à Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, com a seguinte redação:

*“Art. 7º-A As Juntas de Conciliação e Julgamento são órgãos colegiados de natureza administrativa, competentes para julgar os processos instaurados entre consumidores e fornecedores, e serão compostas por 04 (quatro) membros, indicados pelo Secretário Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor, dentre servidores do próprio PROCON, membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON e representantes indicados por entidades de defesa do consumidor.*

*Art. 7º-B As Juntas de Conciliação e Julgamento e da Turma Recursal serão compostas por 16 (dezesseis) membros titulares e seus respectivos suplentes, todos com ilibada reputação e idoneidade moral, sendo:*

*I – 8 (oito) representantes titulares e respectivos suplentes do PROCON Municipal de Cuiabá, indicados pelo Secretário Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor;*

*II – 4 (quatro) representantes titulares e respectivos suplentes indicados pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, dentre os membros do Conselho;*

*III – 4 (quatro) representantes titulares e respectivos suplentes indicados pelas entidades de defesa do consumidor.*

*§ 1º São consideradas entidades de defesa do consumidor aptas para indicação de membros para compor as Juntas e a Turma Recursal o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), o Procon-MT, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.*

*§ 2º Os representantes de que trata o caput deste artigo devem possuir conhecimento na área do direito do consumidor e nível superior completo, com certificado expedido por entidades educacionais reconhecidas pelo MEC.*



*Art. 7º-C A nomeação dos integrantes das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Turma Recursal será feita pelo Chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.*

*Parágrafo único. A posse do integrante será dada pelo Secretário Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor após a verificação do preenchimento dos requisitos estabelecidos por esta lei e apresentação, pelo nomeado, da documentação competente, nos termos e prazo estabelecidos no Regimento Interno.*

*Art. 7º-D O apoio administrativo e financeiro das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Turma Recursal serão realizados pela Secretaria Adjunta de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do Regimento Interno.*

*Art. 7º-E Os integrantes das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Turma Recursal serão indenizados observando o seguinte:*

*I - Os membros da Turmas serão remunerados mediante pagamento de jeton por sessão a que comparecer, até o máximo de 2 (duas) sessões ordinárias e de até 2 (duas) extraordinárias por mês;*

*II - O valor do jeton correspondente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais); e*

*III - O jeton possui natureza indenizatória.*

*Parágrafo único. Aos presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Turma Recursal é devido o acréscimo de 20% (vinte por cento) do valor do jeton por cada sessão presidida, até o máximo de 2 (duas) sessões ordinárias e de até 2 (duas) extraordinárias por mês.*

*Art. 7º-F A competência, o funcionamento e demais disposições a que se referem as Juntas de Conciliação, Julgamento e Turma Recursal das quais se trata esse capítulo, deverão ser elaborados pela Secretaria Municipal de Ordem Pública e aprovados pelo Chefe do Poder Executivo mediante decreto.*

*Parágrafo único. O Decreto regulamentará sobre os prazos para julgamento, formas de notificação dos recorrentes e demais procedimentos administrativos necessários para o pleno funcionamento das Juntas de Conciliação, Julgamento e Turma Recursal. (AC)”*



**Art. 6º** O artigo 8º da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 8º A estrutura organizacional do PROCON Municipal será a seguinte:*

*I – Secretário(a) Adjunto(a) Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;*

*II - Assessor Executivo;*

*III – Coordenador de setor de atendimento e assistência ao Consumidor;*

*IV – Coordenador de Fiscalização e Educação;*

*V – Coordenador do núcleo de conciliação;*

*VI – Coordenador de Controle do Conselho e Juntas de Julgamento.*

*Parágrafo único. Ficam criados na estrutura organizacional do PROCON os seguintes cargos de provimento em comissão:*

*I - 01 (um) Cargo de Secretário Adjunto – GDA - 03;*

*II - 01 (um) Cargo de Assessor Executivo do PROCON Municipal – GDA – 05;*

*III - 04 (quatro) Cargos de Coordenadores Técnicos do PROCON Municipal – GDA - 07. (NR)”*

**Art. 7º** O artigo 9º da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 9º A Secretaria Adjunta Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor será dirigida pelo Secretário Adjunto Municipal do PROCON. (NR)”*

**Art. 8º** O artigo 10 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 10. As atribuições de cada cargo em comissão, bem como a estrutura organizacional serão regulamentados por meio de Decreto que define o Regimento Interno da Secretaria Adjunta Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor. (NR)”*





**Art. 9º** O artigo 11 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 11 O Secretário Adjunto do PROCON Municipal contará com apoio do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON. (NR)”*

**Art. 10.** O artigo 12 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

*“Art. 12 (...)*

*§ 1º As receitas previstas no caput deste artigo podem, em casos excepcionais e devidamente justificados, serem aplicadas para o pagamento de pessoal, encargos sociais e demais despesas referentes a recursos humanos.*

*§ 2º A utilização de receita proveniente do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor utilizada para custeio de recursos humanos, deverá ser restrita à atuação da atividade finalística do órgão relacionada a política de proteção e defesa do consumidor. (AC)”*

**Art. 11.** O artigo 14 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 14. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON será composto paritariamente por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:*

*I - o Secretário Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor, que o presidirá;*

*II - um representante da Secretaria Municipal de Governo;*

*(...)*

*IV - um representante da Secretaria Municipal de Economia;*

*V - um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá;*

*(...)*

*VII - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado de Mato Grosso – OAB/MT.*



*§ 1º O Secretário Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor é membro nato do CONDECON.*

*(...)*

*§ 3º As indicações para nomeação ou substituição de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos, não sendo permitida a substituição e indicação dos membros nos 6 (seis) meses anteriores à troca do Chefe do Poder Executivo municipal.*

*(...)*

*§ 6º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo aos dispostos no § 2º e no § 3º deste artigo.*

*(...)*

*§ 8º O mandato dos membros do Conselho de Defesa do Consumidor – CONDECON será de 02 (dois) anos, sendo permitida apenas uma recondução, por igual período.*

*§ 9º Os membros previstos no art. 7º-B que vierem a perder o vínculo com a Administração Pública deverão ser substituídos mediante indicação do Secretário Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor. (NR)”*

**Art. 12.** O artigo 15 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 15. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON será presidido pelo Secretário Adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor. (NR)”*

**Art. 13.** O inciso V do artigo 17 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“V - Aprovar e publicar a prestação de contas mensal e anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC na Gazeta Municipal; (NR)”*

**Art. 14.** O Parágrafo único do artigo 18 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC será gerido pelo Conselho Gestor, composto pelos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 14 desta Lei. (NR)”*

**Art. 15.** Fica acrescido o artigo 18-A à Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, com a seguinte redação:

*“Art. 18-A Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor (FMDC) deverão permanecer depositados em conta bancária própria e pré-existente, vedada sua transferência ou utilização para fins diversos dos previstos em lei, sem prejuízo da sujeição ao Sistema Financeiro de Conta Única estabelecido pela Lei Complementar n.º 582/2025. (NR)”*

**Art. 16.** O artigo 23 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 23 O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor reunir-se-á, ordinariamente, em sua sede, ou de forma on-line desde que os membros sejam previamente comunicados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, podendo reunir-se, extraordinariamente, em ambas as modalidades anteriormente descritas.” (NR)”*

**Art. 17.** O artigo 24 da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação e acréscimo:

*“Art. 24. A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo, fornecerá os recursos humanos, materiais e espaço físico, bem como se responsabilizará pela manutenção da Secretaria Adjunta Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON e do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON. (NR)*

*Parágrafo único. As demais disposições acerca do funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, que não tratem da estrutura ou de qualquer matéria já prevista nesta lei, poderão ser previstas em Portaria”. (AC)*

**Art. 18.** O inciso II, do artigo 77, da Lei Complementar nº 555, de 19 de fevereiro de 2025, passará a ter a seguinte redação:

*“Art. 77 (...)*

*(...)*

*II - A mudança de simbologia remuneratória de cargo;”*



**Art. 19.** Consolidando as alterações promovidas até a presente data, os Anexos I a IV da Lei Complementar nº 555, de 19 de fevereiro de 2025, passam a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

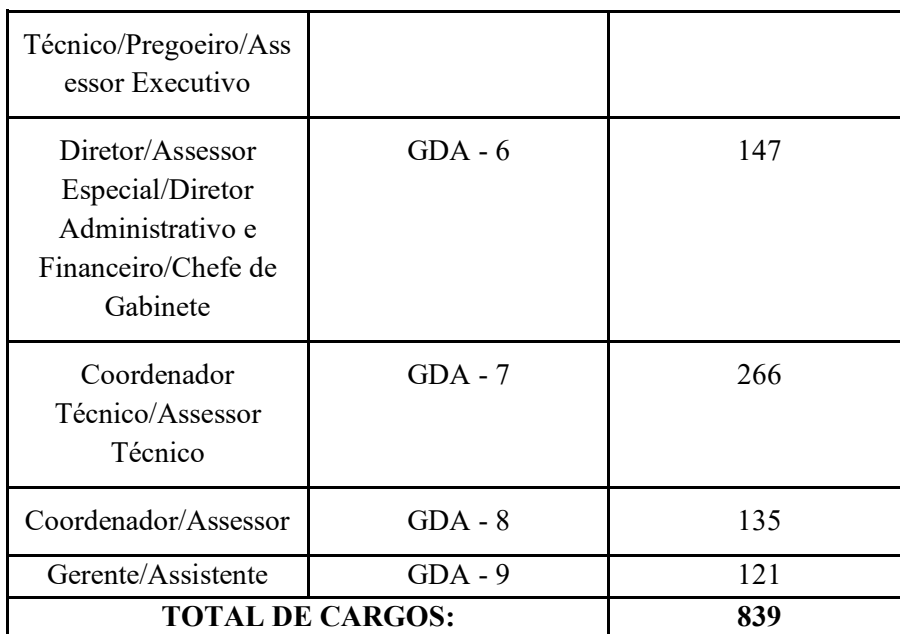
**TABELA I**  
**CARGOS QUE PERCEBEM FUNÇÃO GRATIFICADA**

NOMENCLATURA	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
Procurador-Geral/Contador-Geral	FG - 1	2
Procurador-Geral Adjunto	FG - 2	1
Corregedor-Geral	FG - 3	1
Procurador-Chefe	FG - 4	6
Contador-Chefe	FG - 5	5
<b>TOTAL DE CARGOS:</b>		<b>15</b>

**TABELA II**  
**CARGOS COMISSIONADOS**

NOMENCLATURA	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
Secretário/Controlador -Geral	GDA - 1	24
Secretário Adjunto Especial/Ouvidor-Geral/Chefe de Gabinete do Prefeito	GDA - 2	9
Secretário Adjunto	GDA - 3	36
Assessor-Chefe/Diretor Especial	GDA - 4	8
Diretor	GDA - 5	60





**TABELA ÚNICA**  
**CARGOS COMISSONADOS DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS**  
**SERVICOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ – CUIABÁ-REGULA**

NOMENCLATURA	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
Diretor Regulador	DAR - 1	4
Superintendente	DAR - 2	3
Coordenador	DAR - 3	3
Assessor	DAR - 4	6
Assistente	DAR - 5	5
<b>TOTAL DE CARGOS:</b>		<b>21</b>

**GABINETE  
DO PRESIDENTE**

**TABELA I**  
**CARGOS COMISSIONADOS DA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA – ECSP**

NOMENCLATURA	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
Diretor Geral	GDA - 1	1
Diretor Técnico	GDA - 3	3
Diretor/Assessor Especial/ Diretor Administrativo e Financeiro	GDA - 6	2
Coordenador Técnico/Assessor Técnico	GDA - 7	1
<b>TOTAL DE CARGOS:</b>		<b>7</b>

**TABELA II**  
**CARGOS COMISSIONADOS DA EMPRESA CUIABANA DE ZELADORIA E SERVIÇOS URBANOS – LIMPURB**

NOMENCLATURA	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
Diretor-Geral/Diretor Técnico	GDA - 3	1
Diretor	GDA - 5	5
Assessor Especial/ Diretor Administrativo e Financeiro	GDA - 6	2
Coordenador Técnico/Assessor Técnico/Administrador Regional	GDA - 7	25
Coordenador/Assessor	GDA - 8	7
Gerente/Assistente	GDA - 9	7
<b>TOTAL DE CARGOS:</b>		<b>47</b>





**ANEXO III-A**  
**TOTAL GERAL DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA**

**TABELA ÚNICA**

<b>TOTAL GERAL DE CARGOS EM COMISSÃO E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA:</b>	<b>812</b>
--	------------

**ANEXO IV**  
**VALORES REMUNERATÓRIOS**

**TABELA ÚNICA**  
**REMUNERAÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS**

<b>SIMBOLOGIA GDA</b>	<b>VALOR EM REAIS</b>
GDA - 1	16.477,79
GDA - 2	10.746,13
GDA - 3	8.128,49
GDA - 4	7.921,83
GDA - 5	7.301,85
GDA - 6	4.133,12
GDA - 7	2.962,07
GDA - 8	2.204,33
GDA - 9	1.515,48
<b>SIMBOLOGIA FG</b>	<b>VALOR EM REAIS</b>
FG - 1	11.534,45
FG - 2	5.689,94
FG - 3	5.545,28
FG - 4	5.111,30
FG - 5	2.073,45
<b>SIMBOLOGIA DAR</b>	<b>VALOR EM REAIS</b>
DAR - 1	17.354,40





DAR - 2	10.375,00
DAR - 3	9.770,00
DAR - 4	8.770,00
DAR - 5	2.580,00

(NR)”

*§1º Permanece inalterada a redação do Anexo V da Lei Complementar n.º 555, de 18 de fevereiro de 2025, não abrangido pela presente consolidação.*

**§2º O c**

**Art. 20.** Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 7º; os incisos VII e VIII do artigo 13; e o inciso II do artigo 17, todos da Lei n.º 5.018, de 05 de outubro de 2007.

**Art. 21.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, em Cuiabá – MT,                      de                      de 2025.

**ABÍLIO JACQUES BRUNINI MOUMER**  
**Prefeito Municipal de Cuiabá**

GABINETE  
DO PREFEITO



Praça Alencastro, 158, Centro, 7º andar, Cuiabá - MT, CEP 78065-906. Telefone: (65) 3645-6029.  
Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 350030003300340035003600340050001a. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

